



Rompendo barreiras. O ingresso de mulheres nas Academias de Letras

Breaking barriers. The entry of women into Literary Academies

Rompiendo barreras. El ingreso de mujeres en las Academias de Letras

José Genivaldo Mártyres
Universidade Federal de Sergipe (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-7981-778X>
<http://lattes.cnpq.br/7556932948020914>
jmartires@academico.ufs.br

Joaquim Tavares da Conceição
Universidade Federal de Sergipe (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-8826-8137>
<http://lattes.cnpq.br/6407061514040419>
joaquimcodapufs@gmail.com

Resumo

Este artigo explora os processos de inserção das mulheres nas academias de letras, ao longo do século XX, estabelecendo compreensões desses processos tanto em nível nacional quanto local. Para tal, examina-se o processo de inserção da primeira mulher na ABL, nas academias estaduais e, por fim, a conquista da primeira mulher eleita imortal da Academia Sergipana de Letras. A pesquisa historiográfica levantou e transformou em fontes documentos em acervos físicos e digitais. A eleição de Rachel de Queirós, em 1977, para a ABL, tornou-se um marco nacional na conquista feminina nesse espaço de consagração literária. Contudo, em períodos anteriores, nas academias sediadas nos estados brasileiros, mulheres já haviam conquistado a condição de acadêmicas. Em Sergipe, a professora Núbia Marques foi eleita no ano de 1977, uma conquista que abriu caminho para os processos eleitorais das professoras e acadêmicas na ASL ao longo da segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Androcentrismo; Academias de letras; Feminismo.

Abstract

This article explores the processes of women insertion into the academies of letters, throughout the 20th century, establishing understandings of these processes at both national and local levels. To this end, it examines the insertion process of the first woman in the *ABL*, in the state academies, and, finally, the election of the first woman as an immortal of the *Academia Sergipana de Letras* (the academy of letters of Sergipe state). The historiographical research collected and transformed documents from physical and digital archives into sources. The election of Rachel de Queirós, in 1977, to the *Academia Brasileira de Letras* became a national milestone in women's achievement in this space of literary consecration. However, in previous periods, in the academies based on the Brazilian states, women had already achieved the academic status. In Sergipe, Professor Núbia Marques was elected in 1977, a milestone that paved the way for the electoral processes of female professors and academics at the *ASL* throughout the second half of the 20th century.

Keywords: Androcentrism; Academies of letters; Feminism.

Resumen

Este artículo explora los procesos de ingreso de las mujeres en las academias de letras, a lo largo del siglo XX, estableciendo comprensiones de estos procesos tanto a nivel nacional como local. Para ello, se examina el proceso de inserción de la primera mujer en la *ABL*, en las academias estatales y, finalmente, la elección de la primera mujer inmortalizada en la Academia Sergipana de Letras. La investigación historiográfica recopiló y transformó documentos de acervos físicos y digitales en fuentes. La elección de Rachel de Queirós, en 1977, para la Academia Brasileña de Letras se convirtió en un hito nacional en la conquista femenina en este espacio de consagración literaria. Sin embargo, en períodos anteriores, en las academias de los estados brasileños, las mujeres ya habían alcanzado la condición de académicas. En Sergipe, la profesora Núbia Marques fue elegida en 1977, un logro que allanó el camino para los procesos electorales de las profesoras y académicas en la Academia Sergipana de Letras a lo largo de la segunda mitad del siglo XX.

Palabras clave: Androcentrismo; Academias de letras; Feminismo.

Recebido: 16/10/2024

Aprovado: 17/02/2025

Introdução

A condição de membro de uma Academia de Letras costumava ser – e para muitos ainda é – um símbolo de status e reconhecimento no campo literário. Por muito tempo, essas instituições culturais foram fortemente influenciadas pelo androcentrismo, especialmente perceptível nas barreiras impostas à participação das mulheres como acadêmicas. Considerando esse cenário, o artigo¹ explora os processos em torno das propostas de inserção das mulheres nas academias de letras, estabelecendo compreensões desses processos tanto em nível nacional quanto local. Para tal, examina-se o processo de inserção da primeira mulher na Academia Brasileira de Letras, nas academias estaduais e, por fim, a eleição da primeira mulher imortal para a Academia Sergipana de Letras.

A eleição da escritora Rachel de Queirós, em 1977, para a Academia Brasileira de Letras (ABL), tornou-se um marco nacional na conquista feminina. No entanto, em períodos anteriores, nas academias sediadas nos estados brasileiros, mulheres já estavam conquistando a condição de acadêmicas, rompendo as barreiras androcêntricas dessas instituições. No contexto sergipano, observamos as tentativas da professora Núbia Marques em 1976, seguida pela sua eleição no ano de 1977, uma conquista que abriu caminho para os processos eleitorais das professoras e acadêmicas na Academia Sergipana de Letras (ASL) ao longo da segunda metade do século XX.

No final da década de 1970, as mulheres que ingressaram na ASL exerciam o magistério superior e/ou secundário, ressaltando a identificação do exercício da docência enquanto categoria intelectual, ao tempo em que essas professoras/acadêmicas legitimavam o seu campo no espaço da ASL (MARTIRES, CONCEIÇÃO, 2020; MARTIRES, 2020). O conceito de campo é utilizado nesta pesquisa como local de disputa e insere-se nas concepções de Pierre Bourdieu, que o define como: “[...] lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é possível e impossível a cada momento” (BOURDIEU, 2004, p. 27). Utiliza-se também o conceito de capital cultural (BOURDIEU, 2002b), além da categoria de rede de sociabilidade (SIRINELLI, 2003). Esta última permitiu, no processo de inserção das mulheres em academias de letras, uma compreensão mais profunda da importância das interconexões ou vínculos sociais que elas estabeleceram com intelectuais que compartilhavam interesses, objetivos e/ou atividades literárias ou profissionais em comum dentro de um determinado contexto social.

Para compreender o objeto em questão, foram empregados procedimentos metodológicos de pesquisa documental, resultando na análise de diversas tipologias de fontes históricas, levantadas nos acervos de instituições como a Academia Sergipana de Letras, Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e Instituto Histórico do Brasil. Nesses acervos, diversos documentos foram reunidos e utilizados como fontes: estatutos, regimentos, atas de reuniões e comissões, registros dos processos eleitorais e publicações em revistas e jornais. Igualmente, entrevistas foram utilizadas ou produzidas. Ademais, buscou-se construir um “texto manuseado” (Prost, 2014) pelo diálogo entre essas fontes e as referências (EL FAR, 2000; LACERDA, 2007; FANINI, 2008, 2009; MARTIRES, 2020) especializadas na temática que fundamentam os argumentos apresentados ao longo do artigo.

Além da introdução, o artigo está dividido em quatro subdivisões distintas. Na primeira, intitulada A força da tradição: impedimentos, resistências e conquistas, são abordados os aspectos relacionados aos impedimentos, às lutas, às resistências e às conquistas das mulheres em relação à sua participação na ABL. Na segunda parte, intitulada Mulheres pioneiras: conquistas em academias de letras regionais, são destacadas as agremiações em que mulheres,

¹ Produção do artigo (revisões e traduções) financiada por meio Edital Chamada CNPq Nº 09/2022 -Bolsas de Produtividade em Pesquisa –PQ. Processo 307430/2022-7.

predominantemente professoras, conquistaram o status de acadêmicas em um período anterior à Academia Brasileira de Letras. Na terceira parte, intitulada Clube do Bolinha: (meninas não entram), são destacados os obstáculos encontrados por escritoras sergipanas ao tentar ingressar na ASL, indicando uma resistência à presença feminina dentro da instituição. Na quarta parte, denominada Núbia Marques, a pioneira na ASL, são enfatizados os contornos da conquista da primeira mulher e professora a se tornar imortal da ASL. Em seguida, são apresentadas as considerações finais.

A força da tradição: impedimentos, resistências e conquistas

Instituída em 1897, a Academia Brasileira de Letras, por meio de seus confrades, cerceou o direito da participação das mulheres no seu quadro de imortais. As justificativas dos fundadores foi a apropriação pela ABL do modelo da Academia Francesa de Letras que impedia a participação do sexo feminino. Contudo, a pesquisadora Alessandra El Far (2000) enfatiza que a estrutura da ABL, implantada a partir de 1897, não foi uma simples transposição do modelo francês e, sim, uma recriação para atender aos interesses dos intelectuais brasileiros. Desse modo, os intelectuais fundadores da ABL inseriram no artigo 2º do regimento – citado a seguir – os requisitos necessários para o ingresso na Academia e passaram a interpretá-lo de forma restritiva a fim de impedir o acesso das mulheres escritoras:

Art. 2º - só podem ser membros efetivos da Academia os **brasileiros** que tenham, em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário. As mesmas condições, menos a de nacionalidade, exigem-se para os membros correspondentes. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1897, grifo nosso)

A expressão “brasileiros”, contida na parte do regimento acima citado, foi interpretada pelos imortais da ABL por mais de 80 anos como sinônimo do sexo masculino. Essa interpretação que resultava na inelegibilidade feminina para o sodalício representava o caráter androcêntrico da instituição, como também as visões sobre a mulher que permeavam o fim do século XIX e início do século XX, concepções as quais eram atreladas ao cientificismo, ao evolucionismo, ao discurso médico e às visões religiosas sobre o papel da mulher na sociedade. Ou seja, a estrutura corpórea feminina era vista como inadequada para a atividade de escritora. A instrução que recebiam era para o bom desempenho das suas funções maternas. Quando uma mulher obtinha sucesso nos seus escritos, era considerada uma excepcionalidade ou era tratada por meio de características masculinas (FANINI, 2008; ELEUTÉRIO, 2005; SOUSA & PEDRO, 2012) do tipo varonil, índole máscula, escrita profissional, dentre outros.

O primeiro óbice sobre a inclusão do sexo feminino na ABL ocorreu na fase de sua fundação. No momento em que os idealizadores escolhiam os membros que participariam da agremiação, houve o desejo por parte do acadêmico Lúcio Mendonça, fundador da Academia Brasileira de Letras, de inserir o nome da escritora Júlia Lopes de Almeida, levando em consideração a sua produção literária. Segundo Mendonça (1907):

Na fundação da Academia de Letras, era idéia de alguns de nós, como Valentim Magalhães e Filinto da Almeida, admittirmos a gente do outro sexo; mas a idéia caiu, vivamente combatida por outros, irreductíveis inimigos das machonas, segundo a brutal denominação de um nosso ilustre confrade cujo, desembarço lhe rendeu os dissabores que conheces. (MENDONÇA, 1907, p. 249)

Como indica Lúcio Mendonça, no trecho do artigo citado, os intelectuais mentores da criação da ABL cogitaram a indicação da escritora Júlia Lopes para compor o quadro dos fundadores, porém a proposta não foi aprovada, ocorrendo uma reação por parte dos demais confrades. No artigo, nota-se que não é citada a Academia Francesa de Letras como modelo para o ingresso dos membros do sodalício, justificativa utilizada para impedir o ingresso das mulheres. Outro aspecto evidenciado no texto foi a adjetivação de “machonas” para as mulheres que se destacavam na publicação de obras, representando o pensamento da maioria dos imortais de que a escrita e a publicação de livros eram atributos masculinos.

Rodrigo Lacerda (2007), ao escrever sobre os 110 anos da história da ABL, reafirmou a proposta de inclusão do nome de Júlia Lopes no momento de sua fundação, “mas por um acesso de fidelidade – aí sim, excessiva – ao modelo de Academia da Francesa, que não aceitava mulheres, Júlia teve seu nome retirado dos quarenta membros” (p. 31). De acordo com Lacerda (2007), a justificativa amparada no modelo francês de academia, colocada pelos homens das letras, era excessiva. Desse modo, o artifício de dominação resultou na inelegibilidade feminina no âmbito da ABL, bem como em algumas congêneres, a exemplo da Academia Sergipana de Letras.

Outro momento em que ocorreu o debate sobre a participação de mulheres na ABL foi na eleição de sócio correspondente à cadeira de nº 17, em 1911, em que ocorreu a proposta de indicação da filóloga Carolina Michaelis para a vaga. Mais uma vez, os confrades decidiram pelo veto à participação de mulheres como membros da ABL. De acordo com Michelle Asmar Fanini (2009), o principal argumento utilizado para justificar o impedimento da inserção do sexo feminino foi o de que, de acordo com os trâmites regimentais, o quantitativo de sócios correspondentes de nacionalidade portuguesa já estava ocupado. A nacionalidade de Carolina Michaelis era alemã, mas julgaram-na portuguesa em razão do seu casamento e de sua residência em terras lusitanas.

A primeira inscrição feminina para concorrer a uma vaga na ABL foi a de Amélia de Freitas Beviláqua, detentora de um capital cultural consolidado entre artigos, livros e participação em revista. A investida da escritora ultrapassou os limites do Petit Trianon (sede da ABL), tornando-se um tema de discussão da sociedade carioca. O imortal João Ribeiro publicou no Jornal do Brasil do dia 5 de novembro de 1930 um artigo sobre a temática, intitulado Amélia de Freitas Beviláqua e a Academia Brasileira de Letras, Documentos histórico-literários – Rio – Bernad de Frére, em que reporta a respeito das discussões ocorridas no sodalício brasileiro, ao recusar a inscrição de Amélia Beviláqua.

A meu ver pessoal, a **Academia cometeu o erro de recusar preliminarmente a admissão de escritoras**, por ilustres que fossem, ao nosso primeiro Grêmio de Letras. Deixemos de parte o abusivo e insólito argumento de que os estatutos da Academia falam de membros brasileiros e que este adjetivo não envolve as mulheres, e antes as exclui. É evidente o sofisma; **falando de brasileiros, os estatutos não se referem ao sexo, mas à naturalidade**. O adjetivo aí figura por oposição a estrangeiro. Argumento melhor, embora frágil, foi o da tradição. **O Cenáculo, em verdade desde a sua fundação, não quis escolher nenhuma mulher**. [...]. Dos fundadores da Academia não há mais que quatro ou cinco felizmente vivos e delles alguns votaram sempre pela admissão das mulheres. A que fica reduzida a tradição? [...] Vários publicistas e escritores, igualmente, J. Cavalcanti, Odylo Costa, Spencer Vampré, Rui Caracas, Pinheiro de Vasconcelos, Heitor Santos, J. H. de Sá Leitão, Carlos Xavier e outros, protestaram contra o anacronismo acadêmico. (RIBEIRO, 1930, p. 12, grifo nosso).

De acordo com João Ribeiro (1930), o poder da tradição contribuía para a recusa de eleição do gênero feminino para a ABL. Segundo ele, a interpretação do termo “brasileiro”, contido no artigo 2º do Regimento da ABL – interpretada de forma a impedir o ingresso de mulheres na Academia –, não se referia ao sexo masculino e sim à nacionalidade.

Após a recusa do seu nome ao pleito eleitoral, Amélia Beviláqua escreveu o livro *Academia Brasileira de Letras e Amélia de Freitas Beviláqua, documentos históricos-literários* (BEVILÁQUA, 1930). Nesse trabalho, a escritora apresenta o seu inconformismo perante a recusa da ABL, “[...] em cujo texto, mesmo derrotada, agradece as várias manifestações de apoio que recebera sobre a forma de cartas, livros, artigos em jornais, flores etc.” (ELEUTÉRIO, 2005, p. 74). Além de configurar um protesto sobre a visão dos acadêmicos em relação à participação feminina na academia, o livro serviu para divulgar o ocorrido, garantindo a visibilidade social desse processo.

Durante décadas, o pensamento conservador em relação ao ingresso feminino persistiu na ABL. Nesse contexto, no discurso proferido pelo acadêmico Austregésilo de Athayde durante a entrega do Prêmio Machado de Assis de Literatura, em 1958, ele foi enfático ao defender o estatuto da Academia e ao justificar o impedimento da eleição de mulheres no sodalício, mesmo reconhecendo o mérito literário da premiada, Rachel de Queiroz. Paradoxalmente, foi durante sua presidência na ABL que ocorreu a mudança estatutária que permitiu, em 1977, a eleição de Rachel de Queiroz como a primeira mulher imortal (ATHAYDE, 1958).

Em 1970, a escritora Dinah Silveira de Queiroz, dona de uma vasta produção literária, inclusive de premiações por parte da própria ABL, realizou a segunda tentativa de inscrição de uma mulher para concorrer à vaga na ABL. A escritora não conseguiu vencer a barreira do androcentrismo. O argumento proferido pelo presidente Austregésilo de Athayde foi o de que o estatuto não permitia a eleição de mulheres. A escritora utilizou-se de sua rede de sociabilidade travando, por meio da imprensa, um intenso debate para a alteração do regimento da ABL no sentido de permitir a elegibilidade feminina.

Somente após 80 anos de existência da ABL é que a primeira mulher foi eleita imortal. A pioneira foi a escritora cearense Rachel de Queirós. Para tal, a ABL alterou o seu regimento e estatuto (12 de outubro de 1976), permitindo a eleição da escritora em quatro de agosto de 1977 para a cadeira de nº 5, cuja posse se deu em 4 de novembro de 1977. A esse respeito, Fanini (2009) estabelece um paralelo entre a rejeição da candidatura de Dinah Silveira de Queiroz e a eleição de Rachel de Queiroz, sugerindo que, se a mesma composição acadêmica que vetou Dinah permitiu a entrada de Rachel, é plausível inferir que as discussões sobre a mudança do regimento foram conduzidas de forma direcionada, visando especificamente o acolhimento de Rachel (FANINI, 2009).

Observa-se que, além do seu capital cultural (BOURDIEU, 2002), a rede de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) estabelecida por Rachel de Queirós foi determinante, por meio do seu círculo de relações dentro e fora da ABL, bem como suas relações com instituições culturais e o próprio governo federal contribuíram para sua elegibilidade. Vale ressaltar que a entrada de mulheres na ABL antecede a Academia Francesa, fonte de inspiração e modelo para o silogeu brasileiro.

Recorrendo ao caso francês, a eleição da escritora Marguerite Yourcenar como a primeira mulher a integrar o círculo de imortais da Academia Francesa de Letras, em 1980, é um marco significativo na França. Marguerite Yourcenar revelou detalhes desse processo em uma entrevista à revista literária *The Paris Review*, concedida em 1988. Nessa ocasião, ela expôs que o imortal francês Jean D'Ormesson a persuadiu a concorrer à vaga e ela aceitou, mas impôs como condição não ter que realizar visitas protocolares aos demais membros da Academia em busca de votos. Assim, residindo nos Estados Unidos desde 1939, Marguerite conduziu sua campanha por meio de apoio de imortais favoráveis a mudanças na tradição

francesa, estabelecendo uma rede de influência mesmo fora do território francês. A Academia mostrou interesse em tê-la como membro imortal devido ao seu prestígio cultural globalmente reconhecido (YOUNCENAR, 2012). Entretanto, Claude Lévi-Strauss, outro imortal francês, expressou uma visão oposta à inclusão de mulheres na Academia Francesa. Conforme descrito por Emmanuelle Loyer (2018) em sua biografia sobre Lévi-Strauss, seu posicionamento refletia a crença de que a Academia Francesa de Letras era um “órgão de desaceleração das temporalidades” (LOYER, 2018). Essa concepção delineava a visão de que a função da Academia era a preservação da tradição, mantendo os mesmos critérios estabelecidos desde o seu surgimento no século XVII.

Mulheres pioneiras: conquistas em academias de letras regionais

Qual a extensão da influência do paradigma da exclusão feminina na Academia Brasileira de Letras (ABL), baseado na tradição francesa, sobre as academias estaduais brasileiras no que diz respeito à restrição da participação das mulheres? A análise das admissões de mulheres como membros acadêmicos nas diversas academias estaduais revela informações pertinentes em relação a essa questão. Antes da eleição da primeira mulher para a Academia Brasileira de Letras (ABL), o levantamento revelou um cenário significativo. Contrariando a tradição de exclusão feminina na ABL, registrou-se uma notável e pioneira presença de mulheres nas academias estaduais, representando uma expressiva conquista feminina nesses espaços, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 1 - Relação das imortais nas academias de letras estaduais, anterior ao ingresso de mulheres na ABL.

Nº	UF	Academia de letras	Primeira (as) Acadêmica (as)	Profissão	Ano do ingresso na Academia
1	SP	Academia Paulista de Letras (1909)	Presciliiana Duarte de Almeida	Poetisa	1909
2	PE	Academia Pernambucana de Letras (1901)	Edwiges de Sá Pereira	Professora e jornalista	1920
3	SC	Academia Catarinense de Letras (1920)	Delminda Silveira	Professora	1920
			Maura de Senna Pereira	Professora	
4	PI	Academia Piauiense de Letras (1917)	Amélia de Freitas Beviláqua	Advogada	1921
5	CE	Academia Cearense de Letras (1894)	Alba Valdez	Professora	1922
6	MT	Academia Mato-grossense de Letras (1932)	Ana Luzia Prado Bastos	Professora	1932
7	RN	Academia Norte-Riograndense de Letras (1936)	Maria Carolina Wanderley Caldas	Professora	1936
			Palmyra Guimarães Wanderley -	Jornalista	
8	RS	Academia Rio-grandense de Letras (1901)	Walkyria Neves de Salis Goulart	Escritora	1936

9	A M	Academia Amazonense de Letras (1918)	Violeta Branca	Escritora	1937
10	BA	Academia de Letras da Bahia (1917)	Edith Mendes da Gama e Abreu	Professora	1938
11	M A	Academia Maranhense de Letras (1908)	Laura Rosa	Professora	1943
12	AL	Academia Alagoana de Letras (1919)	Eunice Lavenère Reis	Professora	1944
13	PA	Academia Paraense de Letras (1900)	Adalcinda Magno Camarão Luxardo	Professora	1949
14	RJ	Academia Fluminense de Letras (1917)	Albertina Fortuna Barros	Professora	1959
15	M G	Academia Mineira de Letras (1909)	Henriqueta Lisboa	Professora	1963
16	MS	Academia Sul-mato-grossense de Letras (1972)	Inah Machado Metelo	Professora	1972
			Maria da Glória Sá Rosa	Professora	1972
			Henedina Rodrigues,	Professora	1972
			Oliva Enciso	Professora	1972
17	GO	Academia Goiana de Letras (1904)	Regina Lacerda	Professora	1973

Fonte: Martires (2020).

Analisando os dados do quadro 1, obtêm-se algumas informações para o estudo em questão. O exemplo disso é o destaque para a região Norte/Nordeste do país com a maioria dos casos de ingressos femininos em academias sediadas em estados dessas regiões, nas décadas de 1920 e 1930. Foram 17 agremiações que permitiram o ingresso de mulheres num período anterior à Academia Brasileira de Letras. Ou seja, esse quantitativo representa um percentual de 70%, levando-se em consideração o número dos estados brasileiros. A primeira mulher a ser eleita imortal em uma academia de letras, no âmbito dos entes federados, foi a poetisa Presciliâna Duarte de Almeida na Academia Paulista de Letras, em 1909. Esses dados evidenciam que o argumento empregado pela ABL, baseado no modelo francês de admitir apenas homens, não foi seguido pelas academias estaduais listadas no quadro 1.

Observa-se um padrão na composição das academias estaduais, notadamente a preponderância de professoras entre as mulheres eleitas, representando aproximadamente 72% das imortais identificadas. Esse dado revela que a maioria das mulheres admitidas tinha vínculo com o magistério, seguidas por profissões como advocacia, jornalismo e literatura. Sobretudo, o exercício do magistério serviu de contributo e legitimação de professoras/acadêmicas que conquistaram o reconhecimento e a eleição como imortais em academias sediadas nos estados.

Também deve ser ressaltada a geração dessas acadêmicas das décadas de 1920 e 1930, que participaram ativamente das lutas femininas do início do século XX. A respeito do movimento feminista no Brasil, Céli Regina Jardim Pinto (2003) salienta que

é possível identificar diferentes vertentes no movimento. Pelo menos três são claras. A primeira delas, a mais forte e organizada, é a liderada por Bertha

Lutz, que tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. [...]A segunda vertente é o que poderia chamar de feminismo difuso, o qual se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. [...] A terceira vertente se manifesta no movimento anarquista e, posteriormente, comunista (PINTO, 2003, p. 14).

As primeiras manifestações do movimento feminista no Brasil surgiram a partir de movimentos internacionais em defesa dos direitos das mulheres, conhecidos como sufragistas. Na primeira das três vertentes do movimento feminista brasileiro no início do século XX, citadas por Pinto (2003), destacam-se mulheres eleitas para academias de letras sediadas em estados do Brasil. Essa vertente, liderada nacionalmente por Bertha Lutz, organizou-se em federações estaduais, contou com apoios políticos, jornais, revistas e um partido político criado por mulheres. Essa ala do movimento defendia conquistas femininas no âmbito dos direitos, como o voto, sem, no entanto, questionar a dominação masculina na sociedade. Por meio dessa vertente do feminismo, predominante nas décadas de 1920 e 1930, professoras expressavam seus ideais em periódicos, especialmente em artigos publicados em revistas femininas. Entre as colaboradoras, destacavam-se nomes de imortais das academias estaduais, como Presciliâna Duarte de Almeida (SP), Edhite Mendes Gama e Abreu (BA), Ana Luzia Prado Bastos (MT), Edwiges de Sá Pereira (PE), Amélia de Freitas Beviláqua (PI), Palmyra Guimarães Wanderley (RN) e Maura de Senna Pereira (SC).

“Clube do bolinha (meninas não entram)”

A Academia Sergipana de Letras baseou-se no regulamento normativo da Academia Brasileira de Letras como modelo para sua própria estrutura, restringindo a admissão de mulheres. Como resultado, as oportunidades de integração para as mulheres não avançaram, devido à interpretação limitadora dos requisitos estatutários. Quando a ASL foi fundada, todos os membros da agremiação literária sergipana, denominada “A Hora Literária”, entidade que deu origem à ASL, foram automaticamente incluídos na Academia, com exceção das mulheres. Nesse sentido, o caso de Etelvina Maria Siqueira Alves é exemplar: membro da “A Hora Literária”, a professora e jornalista foi recusada como acadêmica.

Outro caso foi o da advogada e professora Maria Rita Soares. De acordo com Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (2003, p. 153), “[...] em 1931, Maria Rita chegou a ser indicada para Academia pelo acadêmico Passos Cabral, mas teve o seu nome rejeitado”. O acadêmico Passos Cabral publicou artigo no jornal “A Ordem” e na “Revista Renovação”, também transscrito em ata do sodalício do dia 15 de janeiro de 1931, em que defendia as condições de Maria Rita Soares para integrar a Academia.

Deixando o cargo que exercia na directoria transacta, deixando Aracaju para os meus interesses e cuidados no Rio de Janeiro, valho-me da actual oportunidade para sugerir aos meus ilustres confrades, se não seria de real conveniencia para a Academia a substituição dos membros que se ausentassem definitivamente, passando estes a ser considerados como **membros correspondentes. Caso lograsse aceitação, este meu alvitre, ditado pelo desejo de que prosperem as letras sergipanas, e, na hypothese de que me fosse permitido indicar um nome capaz de honrar essa benemerita instituição, - eu citaria o da dra. Maria Rita Soares de Andrade, que, pondo de parte qualquer eiva de feminismo, é um real valor, uma intelligencia lucida uma atividade inesgotável** (ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS, 1931, grifo nosso).

Observa-se na citação que Passos Cabral pretendia, por conta de sua mudança definitiva para outro estado, permitir para a condição de membro correspondente. Essa pretensão, uma vez aprovada pelos acadêmicos, resultaria na vacância da sua respectiva cadeira. Nesse caso, ele mesmo sugeriu o nome da advogada Maria Rita. Contudo, a mudança de Passos Cabral para a condição de membro correspondente não se efetivou. Nas atas das reuniões da ASL, do ano de 1931, não consta nenhum pedido de renúncia do confrade. Somente na reunião de 5 de julho de 1950, a ata registra o falecimento de Passos Cabral e o processo de eleição para a sua substituição. Portanto, a renúncia de fato nunca foi formalizada e/ou aceita pela Academia.

Outra questão que ocorreu em concomitância a esse fato foram os conflitos que envolveram Maria Rita Soares de Andrade no concurso para a livre docência da cadeira de Línguas Latinas e Literatura Brasileira do Atheneu Sergipense. Maria Rita foi aprovada com a defesa da tese intitulada “A mulher na literatura”. De acordo com os estudos de Freitas (2003) e Souza (2016), o concurso ocorreu no ano de 1929, mas a posse só foi efetivada em 1931, durante o governo da interventoria de Augusto Maynard. As disputas em torno do concurso, que foram parar nos jornais e nos tribunais, contaram com insultos que envolveram Maria Rita, o diretor do Atheneu Sergipense e alguns professores da congregação desse estabelecimento de ensino secundário. Após a sua nomeação e vitória no processo judicial, Maria Rita Soares de Andrade escreveu uma carta endereçada à Bertha Lutz, à Carmem Portinho e à Maria Luiza Bittencourt, lideranças da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), datada de 31 de maio de 1931, em que afirmava:

Com um concurso feito desde outubro de 1929, eu tinha contra mim o Diretor do Atheneu, o fiscal, o professor Franco Freire, um genro de um sogro que o deixou rico, o Doutor Augusto Leite, o melhor cirurgião da família mais poderosa daqui, que estava regendo a minha cadeira, o Doutor Aristides Fontes e sobre estes o Doutor Carvalho Neto, presidente do Instituto dos Advogados e da Academia Sergipana de Letras, para quem Dr. Augusto guardava a cadeira. Veem? Era uma trupe forte e dinheirosa de homens contra mim, sozinha, pobre e mulher. (ANDRADE, 1931 apud Freitas, 2003, p. 167).

No trecho da carta em análise, torna-se evidente o envolvimento de um grupo de intelectuais sergipanos interessados na disputa pela vaga no magistério do principal estabelecimento de ensino secundário de Sergipe. Em sua carta, Maria Rita destaca a diferença entre ela e seus oponentes, enfatizando suas posições proeminentes na sociedade local. Apesar de sua atuação como advogada e editora da Revista Renovação, que lhe rendia capitais econômicos, sociais e culturais, procurou marcar a discrepância de recursos em relação aos seus opositores. Entre os nomes que formavam contra ela uma “trupe forte e dinheirosa” estavam o médico Augusto Leite, que ocupava a cadeira nº 35 da Academia; e o advogado Carvalho Neto, o titular da cadeira nº 25, que era o presidente da ASL na época. Portanto, caso desejasse de fato integrar a ASL, provavelmente, enfrentaria resistência ou, no mínimo, constrangimentos por conta da disputa em torno do concurso que envolvia a rede dos intelectuais da Academia.

A professora Núbia Marques foi a primeira mulher a ser eleita para a ASL, no ano de 1977. Porém, a sua luta para adentrar ao sodalício foi anterior a essa data. Ela participou de dois processos eleitorais em 1976 que não lograram êxito em razão da interpretação restritiva do regimento pelos acadêmicos, alegando que mulheres não podiam integrar a agremiação. A primeira tentativa de Núbia Marques em participar do processo eleitoral para a ASL ocorreu em 1976, com o falecimento do imortal Epiphônio Dória, em 8 de junho do mesmo ano, ocupante da cadeira nº 40. Reportagens e colunas publicadas no Jornal da Cidade e na Gazeta de Sergipe (Gazeta de Sergipe, 3 de julho de 1976; Jornal da Cidade, 6 de julho de 1976;

Jornal da Cidade, 8 e 9 de agosto de 1976), durante o mês de julho de 1976, revelavam esse processo. Essas matérias jornalísticas noticiavam o interesse de Núbia em candidatar-se à referida vaga na academia:

Abertas as inscrições para a vaga deixada com a morte do pesquisador Epiphânio Dória, três nomes foram aventados para ocupar a sua cadeira na Academia Sergipana de Letras. [...] Antes, já dobrara o desinteresse do irrequieto jornalista Orlando Dantas, que já faz parte do seu quadro. Agora, dobrou o quase isolamento do jornalista, escritor e advogado Ariosvaldo Figueiredo, informando que já é possuidor de uma boa parte de votos, inclusive do jornalista Orlando Dantas e também dos acadêmicos José Augusto Garcez, Jorge Oliveira e Severino Uchoa. **Os outros dois que já informaram que se candidatarão são a professora e poetisa Núbia Marques (que quer quebrar o tabu que mulher não entra em Academia)** e do professor Nunes Mendonça. (JORNAL DA CIDADE, 6 de junho de 1976, p. 3, grifo nosso).

Nessa reportagem, é possível inferir o jogo de disputa no campo da intelectualidade sergipana, bem como as redes que foram constituídas para a eleição de um(a) novo(a) acadêmico(a). Para a vaga da cadeira nº 40, havia a especulação de três nomes: o advogado Ariosvaldo de Figueiredo, a professora Núbia Marques e o professor Nunes Mendonça. Ainda segundo o autor da matéria jornalística, Ariosvaldo Figueiredo contava com uma boa parte das manifestações de votos dos acadêmicos – dos três nomes indicados na matéria, foi o único a formalizar a inscrição no processo eleitoral da ASL.

A decisão sobre o processo eleitoral na ASL para ocupar a vaga de Epiphânio Dória ocorreu na reunião do sodalício em 7 de agosto de 1976. Nessa seção, ficou decidida a manutenção da tradição, ou seja, interpretar o estatuto no sentido de impedir o acesso de mulheres. Para a maioria dos acadêmicos, o ingresso de mulheres só seria possível com a reforma do estatuto. Essa decisão suscitou uma série de protestos dirigidos à ASL por parte da professora Núbia Marques, como pode ser evidenciado na matéria intitulada “Núbia Marques protesta contra a ASL”: “Afirmou Núbia, o que mais lhe contrariou foi o fato dos membros da Academia terem recorrido à tradição como explicação das suas atitudes, absurdas e irrealistas [...]” (JORNAL DA CIDADE, 10 de agosto de 1976, p. 7). Além de protestar contra o argumento da tradição e seguir os ditames da ABL, na mesma matéria jornalística, Núbia informou que o impedimento de candidatura feminina era inconstitucional e um desrespeito aos direitos humanos. Também manifestou sua disposição de candidatar-se sempre que houvesse vaga na ASL.

O acadêmico Jorge Neto, que foi o principal articulador da candidatura de Núbia Marques, estabeleceu um grupo de intelectuais que pretendia, por intermédio da entrada de mulheres na ASL, criar um ambiente renovado, com novos membros e novos pensamentos. Esse grupo de intelectuais pode ser caracterizado como imortais mais novos, não em relação à idade cronológica, mas, sim, ao compartilhamento de um pensamento favorável ao ingresso de mulheres na ASL, além de serem mais favoráveis à aceitação de medidas renovadoras para a academia. O grupo majoritário, na época, era composto por antigos confrades, atrelados a uma concepção androcêntrica para o sodalício e, portanto, contrários ao ingresso de mulheres na Academia.

Os componentes dessa nova ala na ASL – os novos imortais – fizeram parte de movimentos culturais sergipanos entre as décadas de 1960 e 1970, a exemplo do Clube Sergipano da Poesia (CESPO), criado por Antônio Garcia Filho (1960), caracterizado como “[...] uma sociedade civil de caráter literário e que tinha por objetivo promover a divulgação, o estudo e o debate da poesia” (SILVA, 2012, p. 68). Nesse movimento e em instâncias de órgãos

estatais – Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH) e Conselho Estadual de Cultura – estava inserida a professora Núbia Marques. Eram espaços de sociabilidades da intelectualidade sergipana que garantiam visibilidade e fortalecimento de capital cultural para o credenciamento junto aos acadêmicos da ASL. Dessa rede, participavam, além da professora Núbia Marques, suas colegas professoras Carmelita Pinto Fontes e Gizelda Santana Moraes, que também lograriam êxito e se tornariam acadêmicas.

Outras repercussões do impedimento da participação da professora Núbia Marques como pretendente à acadêmica da ASL foram publicadas no Jornal da Cidade. Na edição de 10 de agosto de 1976, o jornalista João de Barros, conhecido “colunista social” do Jornal e uma figura proeminente na alta sociedade sergipana da época, publicou um artigo com o título sugestivo de “Clube do Bolinha (menina não entra)”. Nesse artigo, o jornalista expressou sua desaprovação em relação à proibição do ingresso de mulheres na academia e enfatizou as qualificações da professora Núbia Marques como candidata apta a integrar a agremiação.

Figura 1- Clube do Bolinha (menina não entra) – coluna de João de Barros no Jornal da Cidade

João de Barros

Clube do Bolinha (menina não entra)

Triste situação a da nossa Academia de Letras. Sá - bado passado, todos os seus “patriarcas” considerados (pelo menos pelos estatutos da “A.S.L.”) “imortais”, reuniram-se para decidir um fato decidido: mulher, pode ou não pode entrar para a Academia? Pasmem senhores, o resultado foi o seguinte: seis votos a favor e doze contra. Até hoje ainda não entendi, o que é que os senhores “imortais” têm contra a figura feminina. Depois de tantas experiências vividas pelos anos afora, eles ainda continuam contra a mulher (será que eles só casados? ou têm filhas?).

Detalhe dos mais importantes já foi lembrado por vários colegas da imprensa, e aqui eu volto a lembrar. Nossa Constituição determina (e nós brasileiros temos a obrigação de respeitar), que é crime a discriminação de SEXO, cor, religião, etc. A lei dos Direitos Humanos, também tem a mesma opinião. E por que será que os senhores acadêmicos, continuam intransigentes, expurgando a mulher daquele organização, indo de encontro inclusive com os sagrados direitos do nosso País?

Entre aqueles que pretendem pleitear a posse da cadeira de número quarenta, anteriormente ocupada pelo saudoso Epifânio Dórea, encontra-se a professora Núbia Marques, que depois da determinação dos “radicais”, fica fora da competição. E as centenas de poesias feitas por esta mulher? e os livros publicados, com referências elogiosas da crítica especializada, que ela levou a lume de impressão? e a sua contribuição emprestada ao desenvolvimento da cultura, das letras e das artes em nosso Estado? será que nada disso conta?

Então é norma da Academia Sergipana de Letras, desdenhar toda uma bagagem literária, apenas porque a assinatura de propriedade dessa bagagem, é de uma mulher? Pobre Academia...

Num tempo de pesquisas. Num tempo de total integração. Num tempo onde a meta de todos é o desenvolvimento. Numa época em que já se domina o espaço sideral. Numa época de descobertas e estudos. Numa época de completa evolução, os nossos intocáveis acadêmicos insistem em continuar vagando nas trevas de um comportamento inexplicável, sem razão de ser, dando um atestado de medo da competição feminina e de total desinformação de tudo aquilo que acontece ao seu redor.

Então nesta vida, é crime ser mulher (segundo a palavra final dos “imortais”). Negar um direito adquirido, por um simples preconceito de sexo, inclusive quando se sabe que o próprio regimento era omisso ante esta decisão, é sem dúvida alguma uma atitude lamentável.

Quando fui comunicado da triste tomada de posição daqueles que recebem vénia pela capacidade intelectual garantida pela história, fui tomado de uma grande dúvida: ou estou sonhando numa dimensão errada, ou os nossos “imortais” faleceram.

Fonte: BARROS, João. Jornal da cidade, 10 de agosto de 1976, p. 9.

Na matéria, o colunista reporta-se à reunião do dia 7 de agosto de 1976 e critica a discriminação às mulheres diante da proibição de integrarem a Academia. Para ele, a interpretação da Constituição brasileira e os direitos humanos – embora o Brasil estivesse vivendo em um estado de exceção e de desrespeito desses direitos – impedia condutas discriminatórias com as mulheres. Somando-se a isso, João de Barros enxergava um descompasso do impedimento com as transformações sociais e culturais propensas à igualdade entre os sexos. E, sobretudo, ressaltou a desconsideração dos imortais a respeito da produção literária de Núbia Marques e a sua contribuição para os estudos e participações em órgãos culturais sergipanos (JORNAL DA CIDADE, 10 de agosto de 1976). Ou seja, a candidata apresentava um capital cultural relevante para participar desse espaço de consagração literária sergipano. Por tudo isso, para o jornalista ficava marcada a desaprovação da professora Núbia Marques pelo simples fato de ser uma mulher.

No dia 14 de outubro de 1976, o Jornal da Cidade publicou a manchete “Mulher vai tentar novamente entrar na Academia” (Jornal da Cidade, 14 de outubro de 1976, p. 1), que noticiava a inscrição de Núbia Marques para a vaga da cadeira nº 11, que pertencera ao acadêmico José da Silva Ribeiro Filho. Essa foi a segunda tentativa da professora Núbia Marques para a Academia. O resultado viria na edição do dia 19 de outubro de 1976, na coluna do jornalista João de Barros, com o título “Até que ponto um poeta é imortal”, que relatava a impugnação à candidatura de Núbia Marques, apontando alguns motivos. (JORNAL DA CIDADE, 19 de outubro de 1976). Segundo o jornalista, a segunda tentativa de Núbia Marques para se tornar membro imortal da ASL foi rejeitada pelo fato de ser mulher, apesar de a Academia Brasileira de Letras, cujo padrão era seguido pela ASL, já ter eleito a escritora Rachel de Queirós em 4 de agosto de 1976. Desse modo, contrariando os debates em âmbito nacional, a candidatura de uma mulher foi recusada pela ASL. Outro aspecto destacado na coluna foi a questão dos votos enviados por acadêmicos que não compareceram à reunião, que evidenciou uma articulação do presidente da ASL, Severino Uchoa. Isso sugere que a sua rede de sociabilidade prevaleceu nessa votação, resultando na eleição de Wagner da Silva Ribeiro para a cadeira nº 11, antes ocupada pelo seu pai. Ainda sobre a matéria do Jornal da Cidade do dia 19 de outubro de 1976, o colunista João de Barros citou nomes de intelectuais femininas que também faziam jus para entrar na ASL, como as professoras Núbia Marques, Beatriz Góis Dantas, Carmelita Pinto Fontes, Maria da Glória Monteiro, Gizelda Moraes, Maria Thetis Nunes (JORNAL DA CIDADE, 19 de outubro de 1976).

Observa-se na seleção de mulheres com condições para o ingresso na ASL, que todas são professoras, antecipando uma relação de intelectuais que foram eleitas posteriormente para a ASL, como foram os casos das professoras Carmelita Pinto Fontes, Gizelda Moraes e Maria Thétis Nunes. Essas mulheres eram detentoras de capital cultural e agregavam postos no magistério secundário e/ou universitário e participavam de instituições ou instâncias da vida literária sergipana, instâncias de consagração ou de autolegitimação. Assim, conseguiram o reconhecimento dos seus pares intelectuais e ultrapassaram as barreiras androcêntricos da academia.

Professora Núbia Marques, a pioneira na ASL

A terceira tentativa de Núbia Marques de ingressar na ASL ocorreu em 1977 com a vaga decorrente da morte do poeta Clodoaldo de Alencar, ocupante da cadeira nº 34. A mudança de atitude dos membros da ASL em relação à entrada de mulheres na agremiação foi fruto do impacto ocasionado pela pressão de um grupo de acadêmicos liderados por Jorge Neto e pela eleição de Rachel de Queirós, em 1977, para a Academia Brasileira de Letras. A justificativa de que seguia o modelo da ABL serviu para uma nova interpretação ao estatuto da agremiação, permitindo candidaturas de mulheres, como ocorreu na ABL. O pleito ocorreu no dia 5 de dezembro de 1977 e a posse efetuou-se no dia 17 de março de 1978.

Núbia Marques possuía uma rica produção literária e científica, um dos critérios para concorrer a uma vaga na academia. Com oito livros publicados, abrangendo tanto obras de cunho literário quanto científico, suas poesias foram reconhecidas com prêmios e ela estabeleceu colaborações significativas com outras autoras. Sua escrita abarcava gêneros literários diversos, como contos, poesias, prosa e romances e refletia suas atividades como professora na Universidade Federal de Sergipe, onde explorava pesquisas nas áreas do folclore, educação e questões relacionadas à mulher. Esse perfil multifacetado não apenas evidenciava seu domínio nas esferas literárias e acadêmicas, mas também destacava sua rede de colaboração com escritoras locais, como Carmelita Pinto Fontes e Gizelda Moraes. Essas parcerias fortaleceram suas conexões sociais e contribuíram para desafiar a natureza predominantemente masculina da Academia Sergipana de Letras (ASL).

A cerimônia de posse da professora Núbia Marques foi mais do que um evento simbólico. Além dos rituais habituais, o significado pessoal se destacou. A escolha da data, 17 de março de 1978, não foi apenas por ser a data histórica da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju. Para Núbia, essa data carregava um peso emocional profundo, pois marcava o falecimento de seu filho primogênito, Valério. Naquele dia, completavam-se exatos 24 anos desde a sua perda. Foi a partir desse doloroso episódio que Núbia deu início à sua jornada na literatura. Seu primeiro livro, “Um ponto de duas divergências”, é um testemunho dessa ausência, uma expressão tocante da dor pela perda do filho.

A respeito da vestimenta na cerimônia de posse, a Academia Sergipana de Letras não adotou um fardão feminino, levando Núbia Marques a usar um vestido social com decote no colo. Eneida Déda, filha de Núbia, destacou o significado ou intenção por trás da escolha da indumentária pela sua mãe: “O vestido que ela usou foi uma surpresa, já que minha mãe não costumava usar roupas decotadas. Foi até engraçado ver aquela roupa na academia. Era algo fora do comum para ela, mas minha mãe era assim, imprevisível!” (DÉDA, 2019). É possível inferir que os objetivos por trás dessa escolha eram múltiplos: demonstrar sua feminilidade, questionar os padrões androcêntricos da Academia Sergipana de Letras e, principalmente, evidenciar a força e determinação da mulher naquele contexto. A questão da indumentária usada por mulheres pioneiras em academias de letras também foi observada em outras posses memoráveis, como a de Rachel de Queirós na Academia Brasileira de Letras, em 1977, e de Marguerite Yourcenar na Academia Francesa de Letras, em 1980.

Rachel de Queirós, antes da sua cerimônia de posse, foi bastante questionada sobre a roupa que iria usar, haja vista que o modelo existente era o fardão masculino. Heloisa Buarque de Hollanda (2019) relata que a escritora, ao responder à entrevista para um jornal sobre a roupa que iria usar, respondeu “[...] meus vestidos são todos de chemisier, todos do mesmo feitio: eu não me visto, eu me cubro” (HOLLANDA, 2019, p. 88). Dessa maneira, Rachel de Queirós demonstrara que a roupa feminina para a ABL teria uma característica de seriedade e simplicidade. Tratava-se de um modelo criado pela estilista Silvia Souza Dantas, que tinha a seguinte descrição: “[...] uma veste simples como Rachel, na cor verde acadêmico, longo, reto, decote em V e mangas boca de sino” (HOLLANDA, 2019, p. 88). A espada que faz parte da vestimenta masculina fora rejeitada pela imortal.

Na França, Marguerite Yourcenar, a primeira mulher em quatrocentos anos a ser eleita para a Academia Francesa, também recusou a vestimenta tradicional e a espada – paramenta dessa agremiação – que simboliza a submissão dos imortais ao sodalício. Em entrevista que concedeu em 1988 à revista Paris Review Interview, ela recorda: “Eu me recusei a vestir o uniforme da Academia – minha saia longa de veludo e a pelerine foram desenhadas por St. Lourent. Yourcmar” (YOURCENAR, 2012, p. 286) disse ainda que recusou o uso da espada por ser símbolo da submissão ao poder masculino (YOURCENAR, 2012).

No que se refere aos discursos proferidos no ato de posse de Núbia Marques, o primeiro a ser proferido para recepcionar a nova imortal foi do confrade Abelardo Romero, acadêmico que entrou para a ASL no ano de 1976 e defendeu a modificação regimental da agremiação no intuito de permitir o ingresso de mulheres. A tônica do seu pronunciamento de boas-vindas foi um apanhado histórico da luta da mulher para conseguir espaços, principalmente literários, na sociedade ocidental. Inicialmente, fez referência ao processo de eleição de Núbia e, em seguida, citou dois sergipanos que lutaram em prol das mulheres: Tobias Barreto e Martinho Garcez. O primeiro em razão da defesa da solicitação de subsídios para estudar medicina feita por duas jovens, expondo a ideia de que a mulher tinha as mesmas predisposições para o saber acadêmico em relação ao homem; o segundo fazia a defesa do divórcio, no final do século XIX (Romero, 1980).

Entretanto, o mais emblemático nesse prelúdio do discurso do acadêmico Abelardo Monteiro foi atribuir à figura masculina a defesa dos direitos das mulheres, buscando, assim, uma origem para a trajetória das lutas femininas no Brasil e em Sergipe. Nesse sentido, corroborou o pensamento de Bourdieu (2002a) sobre a dominação masculina, em que os valores construídos ao longo do processo ditam as explicações da realidade social. Na última parte do discurso, Abelardo enalteceu a recipiência, destacando sua escrita, por intermédio da poesia, da novela e da prosa alicerçadas nos problemas sociais, justificando o ingresso de Núbia Marques à ASL. Outro aspecto salientado pelo orador foi a luta pelos direitos das mulheres, evidenciada nas suas obras, a exemplo de “O passo de Estefânia” e inúmeras poesias de temática social. Por último, ele salientou a atividade docente desempenhada por Núbia Marques na Universidade Federal de Sergipe.

Já Núbia Marques (1980) iniciou seu discurso apresentando um panorama das transformações ocorridas na condição da mulher, relacionando-as à perspectiva de mercado, ou seja, à necessidade de incorporação da força produtiva feminina. Segundo ela:

Vivemos num mundo predominantemente masculino. E ao dizermos isto não o fazemos com mágoas, ou com protestos inúteis, sobreponemos apenas o discurso ao fato objetivamente concreto. A mulher, o segundo sexo ou o sexo frágil, afeita às lágrimas e ao sutil e discreto exercício da submissão, é subsidiária. Esta submissão não é mítica, é evidente. Estas afirmações não o fazemos sem respaldo. Tudo nos leva a crer, diante da participação cada vez mais visível da mulher de nossos dias que ela é livre e luta ombro a ombro com o homem, bem como que ‘todos são iguais perante a lei’ (MARQUES, 1980, p. 1).

Nesse sentido, ao longo de seu discurso, Núbia Marques demonstra como a mulher passou a ocupar cargos que, outrora, eram exclusivamente masculinos. Segundo ela, tais mudanças estavam associadas aos interesses do sistema capitalista. Por meio de dados estatísticos, a autora destacou o crescimento da mão de obra feminina, ainda que marcado por salários mais baixos. Além disso, ressaltou as visões distorcidas em relação à mulher, seja como “sexo frágil”, seja pela associação de sua imagem à sensualidade, combatendo, assim, a visão idealizada do gênero feminino. Núbia Marques defendia a mulher independente, sustentando que as afirmações sobre as mulheres “[...] são do senso comum, sem respaldo científico, portanto, estereotipadas, sobretudo se a mulher for intelectual” (MARQUES, 1980, p. 34). Em outras palavras, questionava a visão do senso comum acerca da subserviência da mulher em relação ao homem e, em contraponto, destacava os escritos de Simone de Beauvoir sobre as condições da mulher na luta contra a dominação masculina.

A pioneira Núbia Marques igualmente fez questão de reconhecer no seu discurso de posse os nomes de intelectuais sergipanos que apoiaram seu nome como acadêmica. Esses acadêmicos da ASL eram intelectuais que faziam parte da sua rede de sociabilidade, exerciam os ofícios de professor, advogado e jornalista e passaram a integrar a Academia no decorrer das décadas de 1960 e 1970, capitaneando mudanças na postura da agremiação literária sergipana. Pode-se estabelecer algo semelhante com o que ocorreu com a escritora Rachel de Queirós, na ABL, quando os imortais de sua rede estabeleceram as estratégias de modificação regimental e buscaram os votos necessários para a sua vitória no pleito. De acordo com Michelle Asmar Fanini (2009),

muito embora anunciada como uma vitória do feminismo, como a quebra de um tabu de 80 anos e, no limite, como sintomática de modificação no perfil conservador e tradicionalista da ABL, a eleição de Rachel de Queirós não foi exatamente corolário de uma iniciativa/campanha em favor da elegibilidade feminina (FANINI, 2009, p. 216)

No contexto sergipano, Núbia Marques não apenas contou com o suporte de uma rede de sociabilidade formada por intelectuais acadêmicos da ASL, que a apoiaram e lideraram a campanha a seu favor, como também fez questão de destacar em seu discurso de posse (Marques, 1980) seu propósito de promover a visibilidade e a participação das mulheres em todos os âmbitos sociais. Essa visão de Núbia Marques se alinhava com as concepções do feminismo que ganharam força a partir dos anos 1960, englobando a luta das mulheres contra a opressão, na busca pelo desenvolvimento da qualidade de vida e na batalha contra as desigualdades.

Considerações Finais

Nas academias de letras, a restrição à participação feminina não foi uniforme entre as diferentes instituições congêneres do país. Como visto, a Academia Paulista de Letras já admitia mulheres desde 1919. Na Academia Brasileira de Letras, ao longo de sua história, contou com episódios que rejeitaram a entrada de mulheres, como foram os casos da poetisa Júlia Lopes, de Carolina Michaellis, de Amélia Belváqua e de Dinah Queiroz. Somente em 1977, Rachel de Queirós rompeu essa barreira ao ser eleita imortal da ABL.

Em Sergipe, a Academia Sergipana de Letras manteve essa inelegibilidade até 1977, quando Núbia Marques conquistou um assento. Sua ascensão foi fruto de sua competência intelectual, mas também da sua inserção em uma influente rede de sociabilidade local, especialmente ligada à Universidade Federal de Sergipe, onde sua atuação no magistério foi fundamental para sua legitimidade na ASL. Graduada em Serviço Social, sua jornada acadêmica e participação ativa nos movimentos culturais e órgãos governamentais sergipanos ligados à cultura nas décadas de 1960 e 1970 evidenciam seus capitais culturais. E, ao demonstrar a necessidade de ampliar os espaços de atuação das mulheres, Núbia Marques manifestou a importância de uma participação mais ativa e representativa das mulheres em todos os setores da sociedade.

A atividade docente proporcionou às mulheres não apenas o exercício intelectual, mas também o acesso à produção literária e a redes culturais. Essa conexão com o campo educacional pode ter sido um fator facilitador na superação de barreiras que poderiam dificultar o reconhecimento e a admissão de escritoras nas academias de letras. Nesse sentido, a trajetória e os percursos literários das professoras evidenciam que o exercício da atividade profissional do magistério contribuiu para a inserção em redes de sociabilidades e para a agregação de

capitais que as garantiram legitimização e inserção no espaço androcêntrico das academias de letras. No caso da Academia Sergipana de Letras, isso se deu com a entrada pioneira da professora Núbia Marques e, ao longo da segunda metade do século XX, com outras cinco professoras do ensino secundário e/ou superior que foram eleitas imortais da ASL.

Por fim, a luta feminina pelo reconhecimento e ingresso em espaços de consagração literária, como as academias de letras, reflete a determinação em superar desafios em ambientes historicamente dominados por uma perspectiva masculina. Mulheres pioneiras, como as escritoras Rachel de Queirós e Núbia Marques, não apenas quebraram barreiras, mas também deixaram um legado fundamental para a inserção e reconhecimento das mulheres em esferas literárias e culturais, demonstrando que a competência, o talento e a contribuição feminina são essenciais e inapagáveis para o desenvolvimento dessas instituições e do campo literário.

Referências

Academia Brasileira de Letras. *Estatuto da Academia Brasileira de Letras*, 1897. Rio de Janeiro, 1897. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academia/estatuto>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Academia só recebe mulher com reforma dos estatutos. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 10 de agosto de 1976, p.7. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

Academia Sergipana de Letras. *Ata da Academia Sergipana de Letras*, 15 de janeiro de 1931. Aracaju, 1931.

Academia Sergipana de Letras rejeita a admissão de mulheres. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 8 e 9 de agosto de 1976, p. 1. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

ANDRADE, Maria Rita Soares de. *Carta destinada a Carmem Portinho, Bertha Lutz e Maria Luiza Bittencout*. Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 1931 *apud* FREITAS (2023).

ATHAYDE, Austregésilo. Discurso. *Revista da Academia Brasileira de Letras*: Rio de Janeiro. Academia Brasileira de Letras, vol. 95, n. 58, jan./jun., 1958, p. 111-120, 1958.

BARROS, João de. Clube do Bolinha (meninas não entram). *Jornal da cidade*, Aracaju, 10 de agosto de 1976, p. 9. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BARROS, João de. Até que ponto um poeta é imortal? *Jornal da Cidade*, Aracaju, 19 de outubro de 1976, p. 9. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BEVILÁQUA, Amélia de Freitas. *A Academia Brasileira de Letras e Amélia de Freitas Beviláqua: documentos históricos-literários*. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Besnard Frères, 1930.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2002a.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: Nogueira, M. A; CATANI, A. (orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis/SP: Vozes, 2002b.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo/SP: Editora da UNESP, 2004.

DÉDA, Eneida Azevedo. Entrevista concedida a José Genivaldo Martires. Aracaju/SE. 3 de dez. 2019.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de Romance*: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entres séculos (1890-1930). Rio de Janeiro/RJ: Topbooks, 2005.

EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade*: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 2000.

FANINI, M. A Educação como instrução: os óbices à profissionalização feminina no Brasil da virada do século XIX para o XX. *Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação*, Blumenau-SC, v.2, n.3, p.291-310, set./dez. 2008. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/linguagens/article/viewFile/1151/1050>. Acesso em: 12 mai. 2020.

FANINI, Michele Asmar. *Fardos e Fardões*: Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003). 2009. 387 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2009.tde-19022010-173143>.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. *Educação, Trabalho e Ação Política*: sergipanas no início do século XX. Orientadora: Zeila de Brito Fabri Demartini. 2003. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Campinas, Campinas/SP, 2003. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1075/1/Educa%C3%A7%C3%A3oTrabalhoA%C3%A7%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Onde é que estou?* Heloisa Buarque de Hollanda 8.0. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

YOURCENAR, Marguerite. Entrevista concedida a revista Paris Review em 1988. SCHLESINGER, George. (trad.). *Paris Review Interview Anthology*, v. 2. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2012.

LACERDA, Rodrigo. *110 anos da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, 2007.

LOYER, Emmanuelle. *Lévi-Strauss*. São Paulo/SP: Edições SESC, 2018.

MARQUES, Núbia do Nascimento. Discurso proferido pela escritora Núbia Marques do Nascimento por ocasião de sua posse na Academia Sergipana de Letras. *Revista da Academia Sergipana de Letras*: Aracaju, nº 27, março de 1980, p. 33-44, 1980.

MARTIRES, José Genivaldo; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A escrita feminina no Jornal Letras Sergipanas da Academia Sergipana de Letras (1984-1989). *Revista Tempos e Espaços em Educação*: São Cristóvão/SE. UFS. v. 13, n. 32, jan./dez.2020, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.12935>.

MARTIRES, José Genivaldo. *Do capelo ao fardão*: a inserção de professoras na academia sergipana de letras no século XX. 2020. 324 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14769>. Acesso em: 20 out. 2023.

MENDONÇA, Lúcio. “A três Júlias”. In: RIBEIRO, João. *Almanaque Brasileiro Garnier*. Rio de Janeiro, v.5, p.246-249. 1907. Disponível em: <https://encurtador.com.br/km2iD>. Acesso em: 12 mai. 2020.

“Núbia Marques”. *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, 3 de julho de 1976, p. 7. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

Núbia Marques protesta contra a ASL. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 10 de agosto de 1976, p. 7. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

OLIVEIRA, Raianne Pereira de. *A memória cultural sergipana na perspectiva do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH, 1970-1975)*. 128p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2019. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11383>. Acesso em 20 jan. 2020.

Para a academia. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 6 de julho de 1976, p. 3. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do feminismo no Brasil*. São Paulo/SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PROST, Antonie. *Doze lições sobre a História*: 2. ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2015.

RIBEIRO, João. Amélia de Freitas Beviláqua e a Academia Brasileira de Letras, Documentos histórico-literários – Rio – Bernad de Frére. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1930, p.12. Disponível em: <https://encurtador.com.br/K7AWe>. Acesso em: 07 jan. 2020.

ROMERO, Abelardo. Discurso para receber Núbia N. Marques na Academia Sergipana de Letras. *Revista da Academia Sergipana de Letras*. Aracaju/SE.1980, nº 27, p. 85-91, 1980.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro/RJ: Editora UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 2003, p.231-269.

SILVA, Patrícia de Souza Nunes. *Antonio Garcia Filho (1941-1999): um intelectual engajado*. Orientadora: Raylane Andreza Dias Navarro Barreto. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, UNIT, Aracaju/SE, 2012.

SOUZA, Beatriz Alves de; PEDRO, Joana Maria. Trajetória das mulheres brasileiras na carreira das letras: ensaio bibliográfico a partir de autores contemporâneos. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia-MG, v.25, n.1, Jan.-Jun/2012, p.79-95. 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/14242>. Acesso em: 8 mai. 2020.

SOUZA, Suely Cristina Silva. “*Habilitado*” ou “*inhabilitado*”: os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875-1947). 2016. 398 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão/SE, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4591>. Acesso em: 20 de maio de 2020.